



Quase não há mais tribos sem problemas de terras

# Mapa da extinção dos índios brasileiros

Índios Brasil

Nem a Funai tem um controle das tribos sobreviventes. Mas sabe-se que praticamente todas tem problemas.

As vezes, suas terras são invadidas por grandes empresas agropecuárias. Outras vezes, são estradas em construção que os desalojam. E há ainda os casos de doenças, quase sempre levadas pelo homem branco, que dizimam grupos inteiros. Praticamente, não há nessa parcela da população do Brasil um grupo que não tenha problemas de terras invadidas pelos brancos. As poucas exceções em breve deixarão de existir; é o caso, por exemplo, de algumas tribos Marubo e Mayorunas, que vivem no Amazonas, em pleno traçado previsto para a rodovia Perimetral Norte. Mais cedo ou mais tarde, elas terão que deixar suas terras.

Os estudos que a Funai — Fundação Nacional do Índio — tem sobre a localização dos grupos indígenas ainda existentes no Brasil são muito limitados; estão atualmente em fase de revisão, pois a descoberta de novos grupos na Amazônia, a extinção de várias tribos e a transferência de outras alteraram substancialmente o quadro que existia anteriormente. O trabalho mais completo ainda parcial, é o de um antropólogo da Universidade de Brasília, Júlio César Melatti. Segundo esse especialista, existem no Brasil, atualmente, 136 grupos tribais diferentes, os mais numerosos no Amazonas. Mas ainda não é possível uma conclusão sobre a população de índios do Brasil: os mais pessimistas acreditam que não restem mais do que cem mil elementos, enquanto a Funai garante que esse número pode chegar a dobro.

### A DISTRIBUIÇÃO

Em Rondônia, existem 11 grupos tribais, segundo Melatti: Tupari, Arikapu, Sabane, Kawahib, Suruí, Gavião, Puruborá, Urupá, Arara, Karipuna, Pakaa, Novas e Karitiana. Nessa área, a ocupação desordenada da terra tem causado sérios problemas para os grupos tribais, especialmente para os suruí e os pakaa novos. Os suruí foram extremamente prejudicados com a construção da rodovia BR-364, Cuiabá — Porto Velho. Suas terras foram invadidas e parte da população morreu em decorrência de contatos indiscriminados com civilizados, dos quais resultaram doenças. Os pakaa — novos tiveram parte de suas terras loteadas e ocupadas por colonos levados pelo Inera.

No Acre, a situação das populações indígenas é bastante delicada, como reconhece a própria Funai que só agora está iniciando seu trabalho na área. Ali vivem cinco grupos diferentes distribuídos em 11 localidades. São eles os jaminawa, maniteneri, karinawa, kulina e kampa. Pouco conhecidos, esses índios, segundo relatório do Conselho Indigenista Missionário apresentado recentemente à Funai, estão vivendo quase todos escravizados nos seringais e companhias madeireiras. Os grupos, todos eles, já estão em contato com a sociedade.

Amazonas: os índios desse Estado, estimados em 25.000, apresentam um quadro bastante diversificado. Existem grupos ainda totalmente arredios, como é o caso de algumas tribos marubo e mayorunas, que vivem na rota da futura rodovia Perimetral Norte, e outras em adiantado grau de aculturação, como ocorre com os tucanos, do Alto Rio Negro, e ticunas, do Alto Solimões. Melatti indica a existência de 31 grupos diferentes, espalhados em 56 locais. São eles: payanawa, marubo, maya, katukina, tamanawa, darui, jamamadai, kaxarari, apurinã, maupari, jarauara, juma, parintintin, morerebi, boca-preta mura-pirahã, orelha de pau, apiaká, muduruku, mawe, takuna, maku, tucano, wanana, tariana, kobewa, baniwa, madawaka, guaharibo, pakidai e aiwateri.

Em várias áreas do Estado, persiste o problema de terras, de relacionamento com missões religiosas e do contato dos índios mais aculturados com a comunidade envolvente, como ocorre com os ticunas. Eles estão presos ao

comércio feito com os regatões e marreteiros e são muito explorados. As operações de compra e venda são invariavelmente realizadas por meio de troca de produtos, pois os índios desconhecem totalmente o valor da moeda e nunca chegam a recebê-las como pagamento pelos seus produtos.

Roraima: nesse território, vivem seis grupos em 30 localidades diferentes. Parte relativa da população vive em contato permanente com os civilizados, mas ainda existem grupos arredios, como os waimiri — atroari, um dos mais problemáticos para a Funai. A estrada Manaus-Caracará corta seu território, mas os índios continuam a não aceitar a presença do branco, massacrando dezenas de sertanistas que buscaram aproximação com o grupo. Ainda em Roraima, são encontrados os waikás, mayongong, xiriana, wapitxauze taulipang.

Mato Grosso: 33 grupos indígenas espalhados em 70 localidades. Esse Estado, que abriga diversificados grupos indígenas, é um dos mais atingidos pelos problemas de terra, ainda já resolvidos, como ocorre com os xavantes, e outros ainda sem solução, como é o caso dos bororés, cinta-lara, nhambikwara e dos índios do Parque Nacional do Xirú, foi cortado ao norte pela rodovia BR-080, a Brasília-Manas. No Mato Grosso ainda há grupos isolados, mas a maioria tem contato intermitente ou permanente com a civilização. Algumas tribos sofreram forte redução populacional nos últimos anos, como os krenhacarore, recentemente transferidos do seu habitat, nas imediações da rodovia Cuiabá-Santarém, para o Parque do Xingu, e os nhambikwara, que vivem suas terras ocupadas ilegalmente por grandes empresas agropecuárias no Vale do Guaporé. Os xavantes, que enfrentaram invasões de suas áreas, foram beneficiados com a criação de cinco reservas, mas persiste o problema de um grupo xavante, da região do Kuluene, ocupada por posiros. São os seguintes os grupos do Mato Grosso: terra, kadiweu, guato, bororo, xavante, tapirape, tucurane, diore, juruna, suya, matipuhy, kalapalo, kamaurá, wará, isualapiti, meinaku, kuikuro, aweti, tixião, bakairi, agavokung, trumai, tapayuna, ipewi, serikpatsa, boca-neza, beijo de pau, irantxe, cinta-larga, paresi, nhambikwara, mainmande.

Amapá: Os quatro grupos desse território vivem em quatro localidades diferentes. São os palikur, karipuna, bi-marworno e galibi. Quase todos já dominam o português, e alguns falam o patuá, pois estão em contato quase permanente com a população da Guiana Francesa, em Oiapoque. A Funai embora venha estudando há vários anos a criação de uma nova reserva para estes índios, ainda não concluiu o projeto. Há uma grande evasão de jovens desses grupos para a Guiana, onde são empregados com bons salários fato que preocupa a Funai.

No Maranhão há seis grupos, em seis localidades: guajá, guajajara, krikati, canela, krene Ye. As invasões de áreas indígenas têm aumentado nos últimos anos e agora os índios começaram a reagir, tendo sido registrado vários incidentes, envolvendo especialmente os Guajajaras.

Pernambuco, Alagoas e Bahia: ao todo, são treze grupos nesses Estados e a questão fundamental também é a terra, como ocorre com os pankararu de Pernambuco, onde o órgão oficial de proteção ao índio está em litígio com fazendeiros desde 1942, no tempo do antigo Serviço de Proteção ao Índio. Na Bahia, persiste a situação dos pataxós, com problemas com o Inera, que está dificultando a permanência do grupo no Parque Nacional de Monte Pascoal. Segundo o Inera, os índios estariam destruindo a flora e a fauna do parque, que sempre foi o habitat dos pataxós. A Funai está tentando demarcar uma área para os índios em Monte Pascoal, mas o caso ainda não foi resolvido satisfatoriamente.

Em Minas Gerais, restam apenas os maxacalis, no norte do Estado. Esses índios, convivendo com a sociedade de brancos, enfrentaram graves problemas com a criação da Guarda Rural Indígena, em 1969. A utilização dos índios como guardas causou profundas modificações no seu comportamento e agora a Funai está, aos poucos, desativando a guarnição.

No Espírito Santo, foi descoberto, recentemente, um reduzido grupo de remanescentes tupiniquins. Eles enfrentam problemas de terras e a Funai estuda agora um plano de desenvolvimento sócio-econômico.

Goias — Os quatro grupos de Goias são os karajás, xerente, kraho e apinaye. Os Karajás, que vivem na Ilha de

Bananal, estão enfrentando uma situação bastante crítica, constatada pelo próprio ministro do Interior, que determinou a realização, a curto prazo, de um projeto de desenvolvimento sócio-econômico na área. Doentes e vivendo em promiscuidade com a população de Santa Isabel do Morro, os karajás enfrentam ainda questões de terras. A reserva xerente continua no papel, há cinco anos, pois ainda não se encontrou uma forma de retirar as centenas de posseiros que vivem na área. Os apinaye, ao que tudo indica, terão sua área demarcada em breve, segundo promessa da Funai.

Pará — Ao todo são vinte grupos no Pará, encontrados em 14 locais diferentes. São os parukotó - xaruma, warikiana, pianokoto tirio, urukuyana, aparaf, kaiabi, kuruyam, kubenkragnotire, kuben kran, kegn, gorotire, xicrin, suruí, gavião, parakana, assurini, arara, amanaye, turuware e tembé. Trata-se de índios em diversos graus de aculturação, apresentando desde o parakana, que teve contato pela primeira vez com os civilizados durante a construção da Transamazônica, que causou problemas ao grupo, até os gaviões e os suruí, que estiveram em vias de extinção e vivem em contato permanente com o branco há vários anos. No Pará foram criadas reservas para os grupos recém-contatados na Transamazônica (parakanã, assurini e kararará), mas permanece sem solução o problema dos kaiapós, kubenkragnotire, kubenkran-kegn e gorotire. A Funai pensava inicialmente em criar uma grande reserva kaiapó, no sul do Pará, mas, ao que tudo indica, a idéia foi abandonada. Os grupos que vivem na região do Xingu e Tocantins, como os xicrin, gaviões e suruí, têm problemas com a castanha, que foi explorada, até hoje, pelo Departamento de Patrimônio Indígena da Funai. Agora, num projeto piloto desenvolvido junto aos gaviões, está se tentando passar o projeto para as mãos dos índios, que estavam se sentindo explorados. Ainda existem grupos isolados de índios no Pará, inclusive um parakanã, com os quais os sertanistas estão buscando contato.

Em São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, as populações indígenas enfrentam, além de problemas de terra, a exploração de seu trabalho e a marginalização, como é o caso dos guarani e kaingang, espalhados pelos diversos Estados. Em São Paulo vivem os guarani, kainganes e terena, divididos em seis grupos. No Paraná são encontrados kaingang, guarani, kaingang e xetá, em 13 grupos distintos. Santa Catarina tem dois grupos de guarani, um kaningang e um xokleng, no Rio Grande do Sul, a população indígena é constituída de quatro grupos kaingang e um guarani. Em toda a região, os índios sofreram a invasão e redução de suas áreas, como no Rio Grande do Sul. Ali, as áreas indígenas somavam anteriormente 85.390 hectares e hoje estão reduzidas a 33.223, conforme levantamento feito pelo Conselho Indigenista Missionário. No Paraná, as grandes reservas de madeira em áreas indígenas, estão sendo devastadas. As áreas indígenas ocupam oficialmente 70.722 hectares, conforme relatório do Inera, mas parte foi ocupada por grupos econômicos e colonos, sobrando para o índio 52.722 hectares, sendo que somente 18.000 representam áreas cultiváveis. Fala-se agora num amplo programa de desenvolvimento sócio-econômico das comunidades do Sul do país, com o apoio da Sudesul, órgão do Ministério do Interior, e no Rio Grande do Sul, a Funai já iniciou uma ação judicial para retirar os invasores das áreas indígenas. Permanece, no entanto, o problema do arrendamento de terras, proibido pelo Estatuto do Índio, mas que continua sendo feito nessas áreas.

## Amanhã: a história dos tupiniquins, quase desaparecidos.

“Era tudo índio aqui, tudo vivia na mata. Era tudo índio e a mata era boa, dava tudo para o índio”.

Assim, Alexandre Cezenanda, o chefe, começou a contar sua história e a história dos seus irmãos tupiniquins para os repórteres Marcos Faerman e Claudiné Petrolli, numa pequena aldeia do Espírito Santo. “Era tudo índio — disse ele —, mas os brancos foram chegando e os tupiniquins começaram a não ter mais onde viver. Isolaram-se nas matas, mas as matas começaram a ser derribadas”.

Houve uma hora em que os tupiniquins — o primeiro grupo indí-



gena brasileiro a fazer contato com os brancos, pouco depois da chegada dos portugueses — foram considerados um povo extinto. As matas foram eliminadas, houve até uma organização chamada “Sindicato do Crime” que tentou eliminar os rastros dos tupiniquins na região de Nova Almeida, a cerca de três horas de Vitória, e o marco cavado por ordem de D. Pedro II, assinando a terra indígena, foi destruído. Mesmo assim, os tupiniquins sobreviveram. Alguns deles estiveram com nossos repórteres, que contarão a história desse encontro no JT de amanhã.